
Orçamento Cidadão 2025
Distrito de Angoche

FICHA TÉCNICA

©2025 Centro de Aprendizagem e Capacitação da Sociedade Civil (CESC)
Todos os direitos reservados.

É autorizada a reprodução deste relatório ou parte dele por qualquer meio (fotocópia, offset, fotografia, etc.) desde que seja mencionada a fonte. É proibida a utilização das imagens separadamente do texto sem o consentimento escrito do CESC, abrangendo esta proibição a fotografia, a ilustração e o design gráfico.

Título: Orçamento Cidadão: Distrito de Angoche, Província de Nampula – Moçambique

Elaboração: Integrity and Trust Academy, Lda.

Financiamento: Ministério dos Negócios Estrangeiros da Finlândia, no âmbito do Projecto Pro-Cívico e Direitos Humanos

Ano: 2025

"Este documento foi elaborado pela IntTrust Academy no âmbito do Projecto Pro-Cívico e Direitos Humanos, financiado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros da Finlândia, através do apoio ao consórcio composto pelo Instituto para a Democracia Multipartidária (IMD), Centro de Aprendizagem e Capacitação da Sociedade Civil (CESC), Fundação MASC e Centro para a Democracia e Direitos Humanos (CDD). Os conteúdos desta publicação são da responsabilidade exclusiva do CESC e dos seus parceiros do consórcio e não poderão, de forma alguma, ser considerados como expressão das posições ou opiniões do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Finlândia ou do Governo da República de Moçambique."

ABREVIATURAS E ACRÓNIMOS

AEA	Alfabetização e Educação de Adultos
CCA	Companhia de Culturas de Angoche
DRP	Diagnóstico Rural Participativo
DRS	Diagnóstico de Recursos Sectoriais
DTS	Doenças de Transmissão Sexual
EDM	Electricidade de Moçambique
EP1	Ensino Primário de 1º grau
EP2	Ensino Primário de 2º grau
ESG	Ensino Secundário Geral (1º ciclo)
FIPAG	Fundo de Investimento e Património de Água
INAS	Instituto Nacional de Acção Social
OE	Orçamento do Estado
ONG	Organização Não Governamental
ORAM	Associação Rural de Ajuda Mútua
PESOD	Plano Económico e Social e Orçamento Distrital
PQG	Plano Quinquenal do Governo
PRM	Polícia da República de Moçambique
SMI	Saúde Materna Infantil

Índice

1. INTRODUÇÃO	5
2. CICLO DE PLANIFICAÇÃO: NÍVEIS SECTORIAL E TERRITORIAL	6
Sequência do Processo de Planificação	6
Participação das OCBs e OSCs	7
3. PRIORIDADES DO DISTRITO DE ANGOCHE PARA 2025 – ACÇÕES E VALORES ALOCADOS	7
3.1. Sector de Educação	9
3.2 Sector da Saúde.....	9
3.3 Sector de Água e Saneamento.....	11
4. MONITORIA DO ORÇAMENTO	14
Papel dos Cidadãos e Organizações na Monitoria	14
Como fazer a monitoria do Orçamento?.....	14
Relevancia de Cada Passo.....	15
Algumas Ferramentas de Monitoria.....	15
Desafios e Recomendações	16
CONCLUSÃO	16

1. INTRODUÇÃO

O Orçamento Cidadão do Distrito de Angoche 2025 tem como objectivo fornecer uma visão clara e acessível do orçamento do Estado no distrito de Angoche, com foco particular nas receitas, nos investimentos planeados e financiados pelo Orçamento do Estado nos sectores de Educação, Saúde e Água e Saneamento. Este documento foi elaborado com a finalidade de informar os cidadãos, as Organizações Comunitárias de Base (OCBs) e as Organizações da Sociedade Civil (OSCs) sobre o processo de planeamento orçamental e a sua implementação em cada sector e ao nível distrital, assegurando que as decisões financeiras sejam tomadas de maneira participativa e que beneficiem todas as comunidades, especialmente as mais vulneráveis.

O Plano Económico Social e Orçamento do Distrito (PESOD) é um instrumento de materialização dos objectivos da política económica e social que visa tornar operacionais as estratégias de gestão das acções do governo do distrito. Este documento identifica a previsão das receitas a arrecadar, as acções e os recursos necessários para a implementação, numa perspectiva de garantir o bem-estar da população, promover a igualdade e equidade de género no que se refere às oportunidades no processo de desenvolvimento, que se assumem como compromissos nacionais e internacionais para a redução da pobreza, num horizonte temporal de um ano.

O PESOD é relevante para a sociedade pois está baseado nos principais objectivos económicos, sociais e culturais conforme as necessidades e desejos da população, levantados nos encontros de participação democrática e comunitária junto da sociedade civil e representantes de organizações não governamentais e governamentais do distrito, para a prossecução de acções conducentes ao bem-estar.

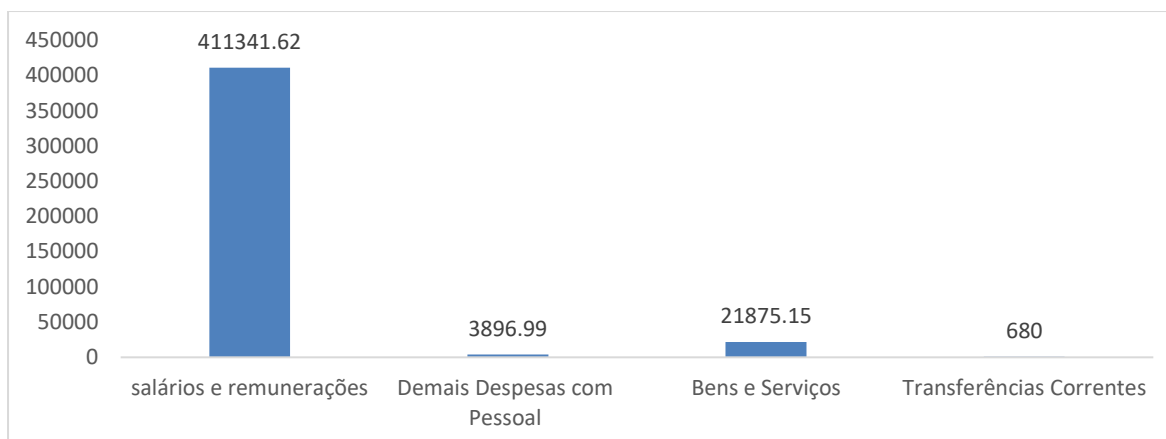
As actividades dos sectores descritas no PESOD são financiadas com recurso às receitas públicas e recursos externos. À luz do artigo 26 da Lei nº 14/2020, de 23 de dezembro, constituem receitas públicas todos os recursos monetários ou em espécie, seja qual for a sua fonte ou natureza, postos à disposição do Estado, com ressalva daqueles em que o Estado seja mero depositário. Nestes termos, nenhuma receita pode ser estabelecida, inscrita no PESOD ou cobrada senão em virtude da Lei. As receitas incluem todas as fontes internas de recursos legalmente estabelecidas e os montantes inscritos constituem limites mínimos a serem cobrados no correspondente exercício. Os recursos externos compreendem donativos e créditos externos, que só serão inscritos na proposta de PESOD mediante a apresentação de comprovativo do acordo de financiamento, confirmação da data e das condições de efectividade.

Para o exercício económico de 2025, o PESOD do Distrito de Angoche apresenta um conjunto de acções destinadas à criação do bem-estar comum. Estas acções são desenvolvidas mediante a auscultação das diversas forças vivas da sociedade civil, organizações não governamentais (ONGs), e fóruns de participação democrática e comunitária. As iniciativas visam garantir que os recursos sejam aplicados de forma eficiente e eficaz para atender às necessidades da comunidade.

A atuação dos Conselhos Consultivos reforça a governação participativa, promove a transparência, a responsabilização pública e a apropriação local do desenvolvimento. Eles são peças-chave para garantir que o ciclo orçamental seja inclusivo, responsivo às necessidades reais e orientado para resultados sustentáveis.

Para a implementação das actividades de impacto, o Distrito conta com um orçamento no montante de 437.793.760,00 MT (quatrocentos e trinta e sete milhões, setecentos e noventa e três mil, setecentos e sessenta meticais), distribuído em quatro categorias, conforme o gráfico abaixo:

Gráfico 1: Distribuição do Orçamento por Categoria de Despesa



Este orçamento visa a realização de projectos essenciais que contribuam para o desenvolvimento sustentável e o bem-estar dos residentes do Distrito de Moma.

2. CICLO DE PLANIFICAÇÃO: NÍVEIS SECTORIAL E TERRITORIAL

O PESOD é aprovado pela respectiva assembleia distrital e é parte integrante da proposta do Plano Económico e Social e Orçamento do Estado, devendo ser submetido ao Governo. Este processo obedece a um ciclo de planificação e orçamentação estruturado.

O ciclo de planificação é uma metodologia sistemática e contínua utilizada para orientar a organização e a execução de actividades, garantindo que as acções sejam bem planeadas, implementadas, monitorizadas e ajustadas, além de assegurar que os recursos necessários sejam adequadamente alocados conforme necessário. Actualmente, existem duas abordagens principais para a planificação: a sectorial (vertical) e a territorial (horizontal). O processo de planificação é coordenado tanto de forma sectorial quanto territorial, resultando na integração global dos planos e orçamentos nos níveis distrital (pela Secretaria Distrital), provincial (Direções Provinciais de Economia e Finanças - DPEFs) e nacional (Ministério da Economia e Finanças - MEF), como se ilustra na figura abaixo.



Figura 1: Sequência do Processo de Planificação

Sequência do Processo de Planificação

Fevereiro: Elaboração do Cenário Fiscal de Médio Prazo (CFMP)

- **Actores envolvidos:** Serviços Provinciais de Economia e Finanças (SPEF), responsáveis das áreas de planificação e finanças da secretaria e dos serviços

distritais.

- **Actividades:**
 - Seminário realizado pelo SPEF para orientação metodológica
 - Previsão de receitas e despesas pelos serviços distritais e pela secretaria distrital, incluindo investimentos do distrito
- **Resultado:** Documento técnico globalizado pelo Conselho Técnico do Distrito (CTD) e encaminhado ao Governo Distrital para aprovação e envio ao SPEF.

Março: *Análise de Políticas e Indicadores (Apreciação Técnica e Aprovação)*

- **Actores envolvidos:** Serviços distritais, níveis provincial e central.
- **Actividades:**
 - Análise das políticas, indicadores e orientações sectoriais
 - Consulta ao Plano Estratégico de Desenvolvimento do Distrito (PEDD) para identificação das prioridades do ano
 - Primeira sessão do Conselho Consultivo Distrital (CCD) para apreciação do plano actual e propostas para o ano seguinte, precedida por sessões dos Conselhos Consultivos Local e de Posto Administrativo.

Março a Abril: *Consulta às Comunidades Locais*

- **Actores envolvidos:** CTD, parceiros de governação, conselhos locais.
- **Actividades:**
 - Deslocamento aos conselhos locais para auscultação de preocupações e propostas de solução
 - Criação de uma matriz hierarquizada de problemas por localização e sector responsável, sintetizada e submetida à apreciação dos membros do governo
- **Resultado:** Informações consideradas na elaboração dos PESODs.

Maior: *Elaboração do PESOD e Inscrição no e-SISTAFE*

- **Actores envolvidos:** Serviços distritais, CTD.
- **Actividades:**
 - Elaboração de um plano concertado internamente, baseado nos limites orçamentais do ano em curso, prioridades comunitárias e instrumentos orientadores
 - Proposta do PESOD com visão territorial pelo CTD
 - Inscrição do PESOD no e-SISTAFE pelos técnicos distritais capacitados para consolidação dos planos provinciais.

Participação das OCBs e OSCs

Os meses de **março a abril** são críticos para que as Organizações Comunitárias de Base (OCBs) e as Organizações da Sociedade Civil (OSCs) influenciem a inscrição de prioridades no PESOD. Durante esse período, estas organizações devem intervir junto de cada sector ao nível do distrito para garantir que as suas necessidades e propostas sejam consideradas no planeamento.

Este processo detalhado de planificação assegura que as decisões sejam tomadas de forma informada e participativa, reflectindo as necessidades reais da comunidade. A coordenação entre os diferentes níveis de governo e a inclusão activa das OCBs e OSCs promovem a transparência e a eficácia na aplicação dos recursos, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e o bem-estar da população do Distrito de Angoche.

3. PRIORIDADES DO DISTRITO DE ANGOCHE PARA 2025 – ACÇÕES E VALORES ALOCADOS

A alocação de recursos nos diferentes sectores sociais tem por objectivo garantir a

continuidade da implementação da política económica e social, através da qual as acções tendentes à redução da pobreza rural e urbana são levadas a cabo, com investimentos que promovem um crescimento económico sustentável e inclusivo, a curto e médio prazo.

Análise Orçamental Comparativa

Para o ano de 2025, o orçamento global previsto para o Distrito de Angoche é de 437.793.760,00 MT (quatrocentos e trinta e sete milhões, setecentos e noventa e três mil, setecentos e sessenta meticais), dos quais 80.296.890,00¹ MT (oitenta milhões, duzentos e noventa e seis mil, oitocentos e noventa meticais) estão devidamente identificados pelas respectivas fontes de financiamento e distribuídos pelos pilares de actuação do Governo.

No ano anterior, 2024, o distrito contou com um orçamento global de 456.812.960,00 MT (quatrocentos e cinquenta e seis milhões, oitocentos e doze mil, novecentos e sessenta meticais). Portanto, a proposta do orçamento global de 2025 revela uma redução no total das despesas em cerca de 4,16%, representando em termos absolutos uma redução no montante de 19.019.200,00 MT (dezanove milhões, dezanove mil e duzentos meticais) comparativamente ao ano de 2024.

Fontes de Financiamento

O orçamento dos pilares de actuação do governo é financiado pelas seguintes fontes apresentadas na tabela resumo das principais fontes de financiamento e gráfico abaixo, onde o OE financia 53,80%:

Tabela 1: Resumo das Principais fontes de Financiamento do PESOD 2025

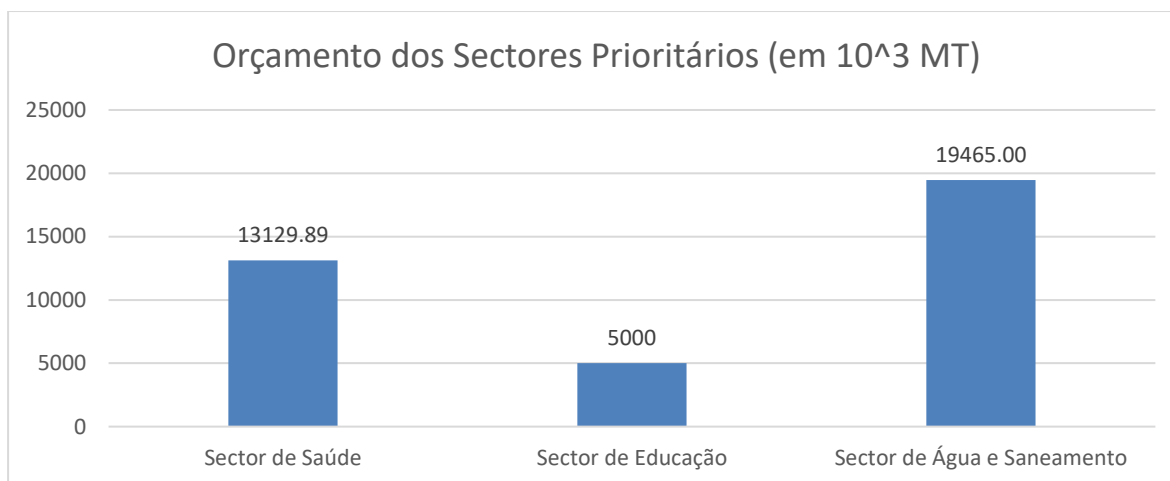
Fonte de Financiamento	Valor (1000 MT)	Percentagem
OE	46110	57.4%
Banco Mundial	6500	8.1%
ICAP, ASSOC. JOV. NACALA	5009.8	6.2%
LAGOS	5000	6.2%
PATHFINDER/UNICEF	4320.9	5.4%
OE/PRON ASAR-DFID	3155	3.9%
OE/FDD	2500	3.1%
UNICEF	2240	2.8%
Outras fontes menores	5,461.19	6.8%
TOTAL	80,296.89	100.0%

Prioridades Sectoriais

O total do orçamento alocado aos três sectores prioritários (educação, saúde, e água e saneamento) é de 37.594.890,00 (Trinta e sete milhões e quinhentos e noventa e quatro mil e oitocentos e noventa meticais), distribuídos como apresentados no gráfico 2 a seguir. Este revela que a prioridade do distrito de Angoche é o sector de água e saneamento do meio:

Gráfico 2: Prioridades do Distrito de Angoche por Sector

¹ O valor considerou ajustes feitos aos dados originais devido a discrepâncias e inconsistências verificadas, que resultavam em valores anómalos.



3.1. Sector de Educação

O setor da educação representa um dos pilares fundamentais para o desenvolvimento humano e socioeconómico de qualquer distrito. As despesas alocadas neste setor abrangem a construção e reabilitação de infraestruturas escolares, aquisição de material didático, remuneração e capacitação contínua de professores, transporte escolar, bem como programas de alimentação e apoio psicossocial aos alunos. O investimento consistente e estratégico na educação contribui para a redução das desigualdades sociais, o aumento da taxa de escolarização e alfabetização, e o fortalecimento das competências individuais e coletivas. Dessa forma, a educação desempenha um papel determinante na promoção da cidadania ativa, no estímulo ao crescimento económico local e na garantia de um futuro mais equitativo para as próximas gerações

De acordo com o PESOD 2025, o sector da educação dispõe de um orçamento de 5.000.000, 00 Meticais (cinco milhões de meticais) para financiar a reabilitação da escola primária de Parapato, montante financiado por LAGOS². Portanto, esta é a única acção prevista no PESOD 2025 ao nível do programa MEC 36 de infra-estruturas de educação, para o sector e cuja despesa orçamental está identificada. Outras acções mencionadas não estão orçamentadas. São elas:

- Construção de 10 salas de aulas e 1 bloco Administrativo em Angoche-sede;
- Construção de um instituto industrial de 14 salas, 4 oficinas, 2 laboratórios, 1 campo e pista de atletismo, e sanitários em Angoche-sede;
- Construção de 5 salas de Aula e 1 bloco administrativo na Comunidade de Mavilica.

3.2 Sector da Saúde

O investimento no setor da saúde é essencial para garantir o bem-estar físico e mental da população e, por consequência, para a produtividade e coesão social do distrito. As despesas neste domínio geralmente incluem a construção, ampliação e manutenção de unidades sanitárias, aquisição de medicamentos e equipamentos médicos, formação e remuneração de profissionais de saúde, bem como a implementação de programas de prevenção e controlo de doenças. Um sistema de saúde eficaz e acessível assegura o atendimento às necessidades básicas da população, reduz a taxa de mortalidade, melhora os indicadores de saúde pública e fortalece a resiliência comunitária diante de emergências sanitárias. A saúde pública, assim,

²² Esta é listada como uma das OSCs que financia o Distrito.

constitui um dos alicerces para o desenvolvimento sustentável e para a dignidade humana. Para o sector da saúde, o PESOD 2025 prevê um orçamento de aproximadamente 13.129.890,00 Meticais (Treze milhões e cento e vinte e nove mil meticais) para financiar suas acções. A maior parte desse orçamento provém do (ICAP, ASSOC. JOV. NACALA que contribui com 5.009.800,00 (Cinco milhões e nove mil e oitocentos meticais), representando cerca de 38,2% do total.

Outras fontes de financiamento incluem PATHFINDER/UNICEF que contribui com aproximadamente 4.320.090,00 MT, representando 32,9 % do orçamento total. Por último, o OE contribui com 3.800.000,00 MT (três milhões e oitocentos mil meticais), correspondendo a 28,94% do orçamento total. Este orçamento visa cobrir as seguintes despesas apresentadas no gráfico 3.

Gráfico 3: Componentes de Sector de Saúde

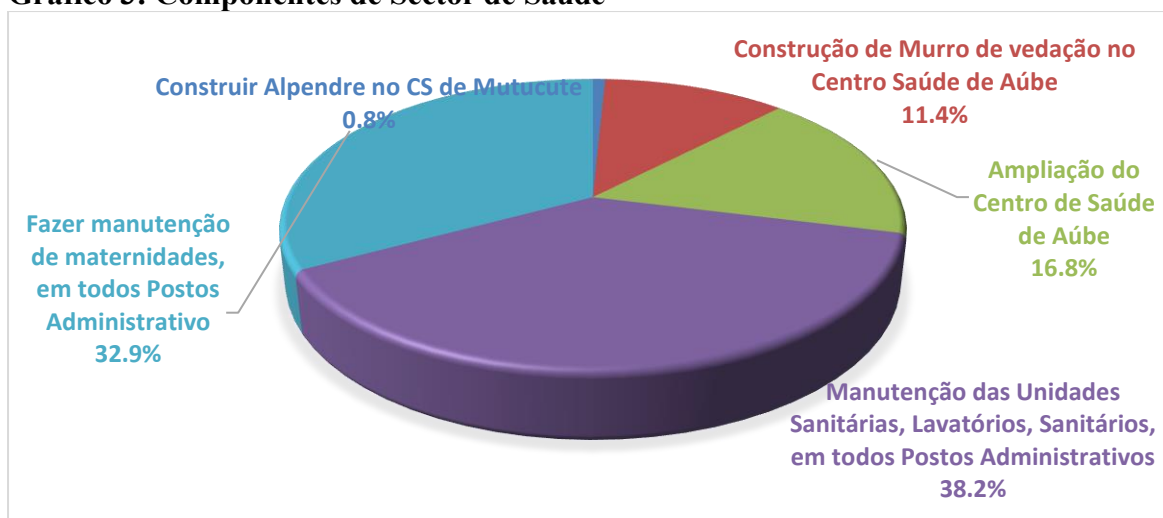


Tabela 1.3: Acções do Sector da Saúde

PRIORIDADE V: Assegurar a gestão sustentável e transparente dos recursos naturais e do ambiente							
Nº	Acção	Metas Trimestrais				Orçamento por actividade (10 ³ MT)	Fonte de financiamento
		I	II	III	IV		
Gastos com construção							
01	Construir Alpendre no CS de Mutucute	0	1	0	0	100.00	O.E
02	Construção de Murro de vedação no Centro Saúde de Aúbe	0	0	0	1	1500.00	O.E
Total dos gastos em construção						1600.00	
Gastos com ampliação do centro de Saúde							
03	Ampliação do Centro de Saúde de Aúbe	0	0	1	0	2200.00	OE
Total dos gastos com ampliação						2200.00	
Gastos com manutenções							

04	Manutenção das Unidades Sanitárias, Lavatórios, Sanitários, em todos Postos Administrativos	0	4	0	0	5009.80	(ICAP, ASSOC. JOV. NACALA
05	Fazer manutenção de maternidades, em todos Postos Administrativo	0	1	0	0	4320.09	PATHFINDER/UNICEF
	Total dos gastos em manutenções					9329.89	
Total						13129.89	

3.3 Sector de Água e Saneamento

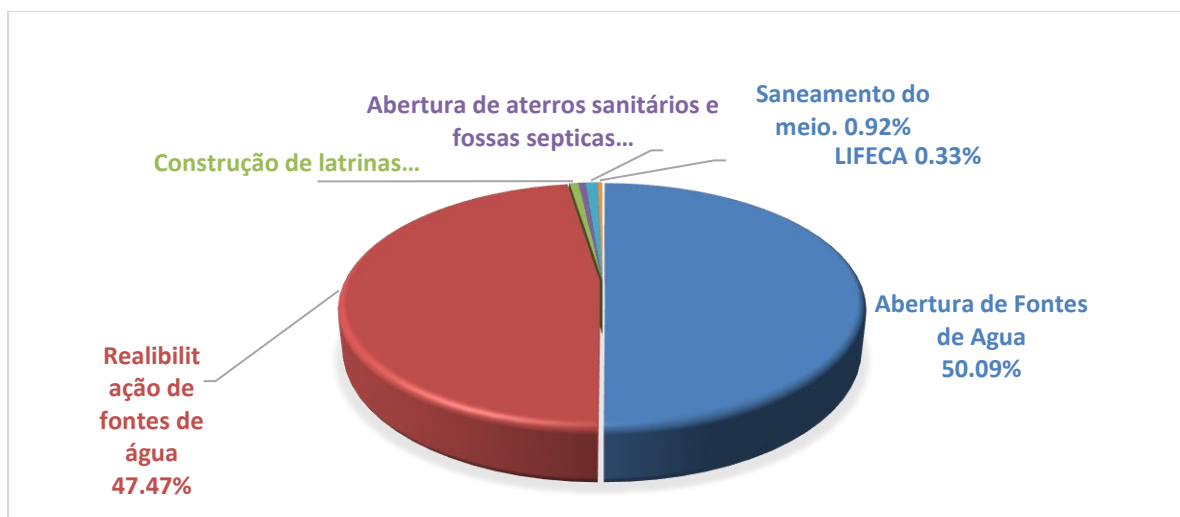
O sector de água e saneamento tem um impacto direto e significativo na saúde pública e na qualidade de vida das populações. As despesas deste domínio englobam geralmente a construção e manutenção de sistemas de captação, tratamento e distribuição de água potável, instalação de infraestruturas de esgotamento sanitário, fossas sépticas e unidades de tratamento de resíduos líquidos. Além disso, inclui as campanhas de sensibilização sobre higiene e uso seguro da água. O acesso universal e seguro à água potável e ao saneamento adequado contribui para a prevenção de doenças de origem hídrica, como diarreias e cólera, reduzindo consideravelmente a pressão sobre os serviços de saúde. Este sector é, portanto, fundamental para garantir a saúde ambiental, promover a inclusão social e impulsionar o desenvolvimento socioeconómico a nível distrital.

Para o Sector da Água e Saneamento do distrito de Angoche, o PESOD 2025 prevê um orçamento de aproximadamente 19.465.000,00³ MT (dezanove milhões, quatrocentos e sessenta e cinco mil meticais) para financiar suas acções. Desse montante a maior parte é financiada pelo Orçamento de Estado, 10.337.000,00 (dez milhões, trezentos e trinta e sete mil meticais) equivalente a 53,1% do total do sector. O segundo maior financiador do sector é o Banco Mundial com 6.500.000,00 (seis milhões e quinhentos mil meticais) representando cerca de 33,4% do orçamento deste sector, seguindo-se a UNICEF que contribui com 2.240.000,00 (dois milhões e duzentos e quarenta mil meticais) correspondente a 11,5% do orçamento deste sector, entre outras contribuições descritas na tabela 1.4 abaixo.

O orçamento deste sector financia as seguintes componentes representadas no gráfico 4.

Gráfico 4: Componente do sector de Água e Saneamento

³ Note-se que este valor foi corrigido do valor que consta no respectivo PESOD para as rubricas “Reabilitação de Fontes de Água” (de 700 milhões de meticais para 7 milhões de meticais), e das rubricas de “promoção de latrinas tradicionais familiares nas Zonas Rurais” (de 60 milhões para 60 mil meticais), e de “arruamento dos bairros nos Postos Administrativos” (de 60 milhões para 60 mil meticais), com vista a manter a consistência.



As acções prioritárias previstas para a realização destes objectivos no sector de água e saneamento encontram-se resumidas na seguinte tabela com os respectivos orçamentos:

Tabela 2: Acções do Sector de água e saneamento

PRIORIDADE IV: Desenvolver infraestruturas económicas e sociais							
Objectivo Estratégico: (i) Aumentar o acesso com qualidade e disponibilidade de energia eléctrica, combustíveis líquidos e gás natural para o desenvolvimento das actividades socio- económicas, o consumo doméstico e a exportação; (ii) Melhorar e expandir infra-estruturas económicas e Sociais							
Programa: MRM29 Infra-Estruturas de Energia							
Nº	Acção	Metas Trimestrais				Orçament o por actividade (10 ³ MT)	Fonte de financiamento
		I	II	III	IV		
Programa: Abastecimento de água							
Furos de água							
01	Abertura de novos furos de água	0	0	5	0	3.250,00	OE
02	Abertura de novos furos de água nas unidades sanitárias e escolas	0	5	5	4	6.500,00	BANCO MUNDIAL
Total de gastos em furos de água						9.750,00	
Fontes de água							
03	Reabilitação de fontes de água	0	5	5	0	7000,00	OE
04	Reabitação de fontes de água nas unidades sanitárias e escolas	0	0	3	3	2.240,00	UNICEF
Total das fontes de água						9.240,00	

Programa: MOP09-01 Saneamento e Urbanismo							
Nº	Acção	Metas Trimestrais				Orçamento por actividade (10 ³ MT)	Fonte de financiamento
		I	II	III	IV		
Construção e promoção de latrinas							
01	Construção de latrinas Melhoradas nas zonas peri-urbanas.	50	50	50	50	70,00	OE/Parceiro
02	Promoção de Latrinas tradicionais Familiares nas Zonas Rurais	-	-	25	25	60,00	OE/parceiro
Total dos gastos em latrinas						130,00	
Gastos Aterros sanitários							
03	Abertura de aterros sanitários.	-	5	5	5	60,00	OE/Parceiro
Total dos gastos						60,00	
Gastos com palestras							
04	Realizar palestras sobre o uso de saneamento do meio.	5	5	5	5	43,00	OE/parceiros
05	Promover Jornadas de Limpeza.	81	81	81	81	27,00	OE
10	Campanhas de despertar	15	15	15	15	50,00	OE/PRON ASAR- DFID
11	Arruamento dos bairros nos Postos Administrativo.	0	0	0	5	60,00	O.E
Total do Saneamento do meio						180,00	
Total							
Construção de fossas							
07	Promoção de construção de fossas sépticas	-	-	18	18	40,00	OE/PRON ASAR
Total para a Construção de fossas						40,00	
Comunidade LIFECA							
08	Certificação de comunidade LIFECA	6	6	6	6	25,00	OE/PRON ASAR-DFID

09	Manutenção do Estatuto de Comunidade LIFECA	5	5	5	5	40,00	OE/PRON ASAR-DFID
Total dos gastos para comunidade LIFECA						65,00	
Gastos com campanhas							
Total Do Sector						19.465,00	

4. MONITORIA DO ORÇAMENTO

A monitoria do orçamento refere-se ao processo sistemático de recolha, sistematização e análise de dados sobre a execução orçamental durante um determinado período. O objectivo é verificar até que ponto as acções e projectos inscritos no PESOD foram efectivamente realizados, além de identificar as razões para eventuais desvios ou falhas na execução, com a finalidade de garantir a transparência e a responsabilização na gestão pública, permitindo que os cidadãos e organizações acompanhem a execução dos recursos e promovam uma governança mais participativa que atenda às necessidades da comunidade.

Papel dos Cidadãos e Organizações na Monitoria

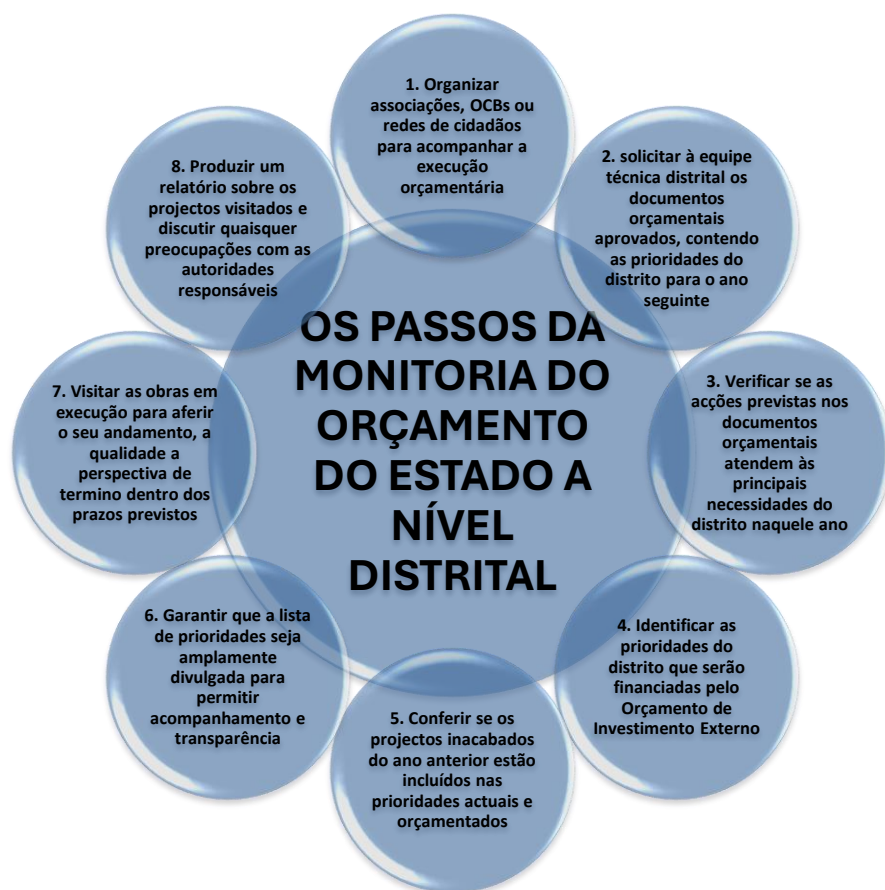
Os cidadãos, OCBs e as OSCs podem, com base no Relatório de Balanço do PESOD, avaliar se as actividades desenvolvidas cumprem com as seguintes premissas:

1. Conformidade Orçamentária: Verificar se as actividades estão sendo realizadas dentro do orçamento previsto, assegurando que há cabimento orçamental.
2. Cumprimento de Prazos: Avaliar se as actividades foram realizadas dentro dos prazos estipulados no PESOD.
3. Alinhamento de Resultados: Comparar os resultados ou produtos alcançados com o que foi originalmente previsto no PESOD.

A Secretaria Distrital elabora relatórios trimestrais de balanço do PESOD, que são instrumentos importantes de prestação de contas, servindo de base para os cidadãos analisarem o nível de cumprimento do plano aprovado.

Como fazer a monitoria do Orçamento?

A figura abaixo mostra os oito (8) principais passos através dos quais se pode fazer a monitoria do orçamento do Estado a nível do distrito.



Relevancia de Cada Passo

- 1º. A organização em grupos fortalece a capacidade de monitoria e a representatividade das comunidades na fiscalização do orçamento.
- 2º. Ter acesso aos documentos orçamentais é importante para uma análise precisa e fundamentada.
- 3º. Verificar a correspondência entre as acções aprovadas e as necessidades do distrito garante que o orçamento atenda às reais demandas locais.
- 4º. Conhecer as prioridades financiadas externamente ajuda a entender a origem dos recursos e a aplicação correcta.
- 5º. Garantir a continuidade de projectos evita desperdícios e assegura o avanço das iniciativas distritais.
- 6º. A divulgação permite que a comunidade esteja informada e possa acompanhar de forma activa a execução orçamentária.
- 7º. As visitas proporcionam uma avaliação directa e concreta da execução dos projectos.
- 8º. Os relatórios são ferramentas essenciais para documentar o andamento dos projectos e discutir melhorias com as autoridades.

Assim sendo, a participação ativa dos cidadãos e das organizações locais garante que os recursos públicos sejam utilizados de forma transparente, eficiente e alinhada às necessidades da comunidade.

Algumas Ferramentas de Monitoria

Para facilitar o processo de monitoria, as OCBs e OSCs podem utilizar as seguintes

ferramentas:

- Fichas de Monitoria: Documentos padronizados para registo de informações sobre projectos visitados
- Calendário de Actividades: Cronograma das principais actividades orçamentais do distrito
- Contactos Institucionais: Lista de contactos dos responsáveis sectoriais para esclarecimentos
- Indicadores de Desempenho: Métricas específicas para avaliar o progresso dos projectos

Desafios e Recomendações

Principais Desafios:

- Acesso limitado à informação orçamental detalhada
- Capacidade técnica insuficiente para análise orçamental
- Coordenação limitada entre diferentes organizações de monitoria
- Falta de feedback regular das autoridades distritais

Recomendações:

- Estabelecer um observatório distrital de monitoria orçamental
- Capacitar regularmente as OCBs e OSCs em técnicas de monitoria
- Criar mecanismos formais de feedback entre cidadãos e autoridades
- Utilizar tecnologias móveis para facilitar a recolha e partilha de informação

A participação activa dos cidadãos e das organizações locais garante que os recursos públicos sejam utilizados de forma transparente, eficiente e alinhada às necessidades da comunidade, contribuindo para o desenvolvimento sustentável do Distrito de Angoche.

CONCLUSÃO

O Orçamento Cidadão do Distrito de Angoche 2025 representa um compromisso com a transparência e a participação cidadã na gestão dos recursos públicos. Com um orçamento total de 437.793.760,00 MT, o distrito está posicionado para implementar projectos essenciais nos sectores prioritários de educação, saúde e água e saneamento.

O sucesso na implementação deste orçamento dependerá da participação activa de todos os actores – governo, sociedade civil, sector privado e cidadãos – no processo de monitoria e avaliação. Através de uma abordagem participativa e transparente, o Distrito de Angoche pode maximizar o impacto dos investimentos públicos e contribuir significativamente para o bem-estar da sua população.